

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	16
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	17
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores e pelos regulamentos: Circular 3.354, de 27 de junho de 2007 do BACEN, e Resolução 3.464.

A Carteira de Negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços efetivos ou esperados no curto prazo e nas oportunidades de arbitragens.

A Carteira de Não Negociação é formada pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação. As operações de Tesouraria na Carteira de Não Negociação são executadas em conjunto com a gestão ativa de riscos financeiros inerentes ao balanço global do grupo e detidas sem intenção de negociação no curto prazo. Sua composição pode incluir derivativos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons indexados a determinadas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- Commodities: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: um cenário de estresse adicional em que resultados são somados ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*").

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na Carteira de Negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O modelo interno de VaR utilizado pelo Itaú Unibanco considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do Itaú Unibanco e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. - *Corporación Financiera*).

O Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade das informações quantitativas de Risco de Mercado, no segundo trimestre de 2012 o Itaú Unibanco efetuou na tabela de VaR uma realocação dos fatores de risco dentro de seus respectivos grupos. Esta realocação não afeta a exposição de risco de mercado da instituição, o que pode ser observado pela ausência de alterações nos valores do Risco Global. Os números apresentados nesta publicação já refletem essa realocação dos fatores de risco, facilitando a comparação entre os trimestres.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(R\$ milhões)

VaR Global (*)	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2013	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2012
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	172,4	65,6	416,9	69,1	191,2	71,8	427,6	348,7
Cupons Cambiais	26,2	8,6	76,7	45,2	20,4	7,3	49,6	11,4
Variação Cambial	34,5	4,4	70,2	10,4	25,7	4,6	53,9	8,8
Índices de Preços	76,1	37,3	155,5	65,7	110,3	14,8	325,0	51,2
Renda Variável	29,6	14,0	60,1	20,4	24,2	13,6	43,5	16,8
Unidades Externas								
Banco Itaú BBA <i>International</i>	2,4	1,6	4,1	1,9	1,7	0,7	5,1	1,1
Banco Itaú Argentina	4,0	2,2	7,4	5,7	3,0	1,7	5,6	5,5
Banco Itaú Chile	5,6	2,1	13,6	2,1	5,5	3,2	9,6	4,4
Banco Itaú Uruguai	2,8	1,5	8,9	1,7	1,7	0,3	3,4	2,0
Banco Itaú Paraguai	0,9	0,4	1,8	0,9	0,4	0,2	1,4	1,0
Banco Itaú BBA Colômbia	0,4	0,0	1,3	0,2	-	-	-	-
Efeito de Diversificação (*)				(113,0)				(77,1)
Total	224,5	97,9	443,4	110,4	289,7	118,0	601,4	373,7

(*) Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

As análises de sensibilidade das Carteiras de Não Negociação e de Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição:

R\$ milhões

Exposições		Carteiras de Negociação e Carteira de Não Negociação ⁽¹⁾ 31 de Dezembro, 2013		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(2,1)	(52,5)	(104,5)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	0,4	(9,3)	(18,6)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	3,2	(79,6)	(159,1)
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(4,2)	(104,0)	(204,0)
TR	Taxas de cupom de TR	0,3	(6,4)	(12,9)
Ações	Preços de ações	2,9	(71,7)	(143,4)
Total sem correlação		0,3	(323,4)	(642,4)
Total com correlação		0,3	(311,8)	(619,3)

(1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc.);
- Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

O Emissor fundamenta sua tomada de decisões utilizando ferramentas de análise que permitam a realização de operações rentáveis de forma segura, buscando a otimização do risco-retorno.

A estratégia de gerenciamento de risco do Itaú Unibanco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do Itaú Unibanco;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A gestão de riscos do Emissor busca as melhores práticas de governança corporativa recomendadas por organismos internacionais e pelo Acordo de Basileia.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do Emissor encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007, do CMN (e atualizações posteriores), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Itaú Unibanco.

a) Riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção primordialmente para os riscos de taxas de juros, inflação e variação cambial.

b) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

O patrimônio da organização é gerido em moeda nacional e a estratégia de proteção objetiva evitar que oscilações dos fatores relevantes de mercado comprometam o valor do patrimônio.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Quando necessário, o Emissor realiza operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros usados pelo Emissor consistem do uso de métricas de risco de mercado, tais como: *VaR* (*Value at Risk*), *VaR Stress*, Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Alerta de *Stop Loss* e Concentração.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

O Emissor realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Objetivando o contínuo aprimoramento do gerenciamento dos riscos de mercado o Itaú Unibanco ao longo de 2013, aprimorou sua metodologia de apuração do VaR para a Carteira de Negociação, migrando da abordagem Paramétrica para a “Simulação Histórica”. Esta abordagem utiliza 4 anos de dados históricos de mercado, efetua o reapreçamento integral de todas as posições, considerando tanto o período de manutenção de um dia quanto o de dez dias, adicionalmente é reportado o risco em diversos níveis de confiança, incluindo o usual nível de confiança de 99%. Essa metodologia é amplamente reconhecida por melhorar a aferição do risco para produtos não lineares, e por capturar com maior eficácia os riscos de base e os eventos de cauda. A instituição calcula e acompanha a métrica de VaR em retornos simples não ponderados e também considerando uma ponderação por volatilidade.

O aprimoramento do caçulo do VaR será estendido, durante o ano de 2014, para além da Carteira de Negociação de forma a incluir todos os portfólios relevantes que estão sujeitos a riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Emissor ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Este arcabouço de limites cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais e fatores de riscos), garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, expectativa de performance e o apetite de risco da instituição, o tamanho do patrimônio, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados, analisados e discutidos nas Comissões competentes.

Saiba mais sobre o gerenciamento de risco no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) na rota: Governança Corporativa >> Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais; b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: I - Hipóteses de resgate e, II - Fórmula de cálculo do valor de resgate; c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos; d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez; f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes, II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras, III - Grau de subordinação entre as dívidas e, IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário; e g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

As demonstrações contábeis da Investimentos Bemge estão em conformidade com o padrão contábil internacional - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS").

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Investimentos Bemge apresentou, em 31 de dezembro de 2013, lucro líquido de R\$ 7.516 mil (R\$ 7.793 mil em 31 de dezembro de 2012) e patrimônio líquido de R\$ 157.239 mil (R\$ 149.794 mil em 31 de dezembro de 2012).

Nosso lucro por ação em 2013 foi de R\$ 3,18 comparado a um lucro por ação de R\$ 3,30 em 2012 enquanto nosso valor patrimonial por ação atingiu R\$ 66,52 comparado a um valor patrimonial por ação de R\$ 63,37 em 2012.

Os ativos totais atingiram R\$ 160.552 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 152.148 mil em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013, os principais ativos eram representados por Ativos Financeiros Mantidos para Negociação no valor de R\$ 84.509 mil (R\$ 135.525 mil em 31 de dezembro de 2012) e por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 65.737 mil (R\$ 5.177 mil em 31 de dezembro de 2012).

Nossos Diretores acreditam que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para mantermos nosso plano de negócios, desenvolvermos nossas atividades e cumprirmos com nossas obrigações de curto e médio prazos.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

O capital social está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2013 foi provisionado o montante de R\$ 71 mil à razão de R\$ 0,028 por ação ordinária e R\$ 0,031 por ação preferencial.

No Conglomerado Itaú Unibanco, os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada, desta forma, a Investimentos Bemge, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A., julga adequado o atual nível do índice de Basileia (16,6% com base no Consolidado Operacional) no conglomerado econômico-financeiro.

I - Hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações do emissor além das legalmente previstas.

II – Fórmula de cálculo do valor de resgate – Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Investimentos Bemge possui operações de compra com compromisso de revenda (operações compromissadas) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras na Demonstração do Resultado.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31/12/2013 e 31/12/2012 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Considerando que em 31 de dezembro de 2013 o Emissor não possuía deficiências de liquidez, na hipótese da necessidade de liquidez, poderá recorrer a instrumentos já utilizados pelo emissor, porém não limitando-se somente a eles, para adequação de sua liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Não se aplica.

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, não possuíamos em nosso passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras. No entanto, buscamos sempre desenvolver boas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não possuímos outras restrições em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

2013 x 2012

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos às demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

R\$ mil

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE	84.917	143.110
Caixa e Equivalentes de Caixa	20	24
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	84.509	135.525
Outros Ativos Financeiros	7	1.650
Ativos Fiscais	147	5.709
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	147	5.671
Outros	-	38
Outros Ativos	234	202
NÃO CIRCULANTE	75.635	9.038
Aplicações no Mercado Aberto	65.737	5.177
Outros Ativos Financeiros	4.276	3.145
Ativos Fiscais	5.622	716
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	5.587	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	-	716
Outros	35	-
TOTAL DO ATIVO	160.552	152.148
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	119	119
Obrigações Sociais	116	119
Obrigações Fiscais - Outras	3	-
NÃO CIRCULANTE	3.194	2.235
Provisões	2.240	2.235
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	954	-
Total do Passivo	3.313	2.354
Capital Social	79.000	74.000
Reservas Integralizadas	78.057	75.612
Reservas a Integralizar	182	182
Total do Patrimônio Líquido	157.239	149.794
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	160.552	152.148

A Investimentos Bemge apresentou, em 31 de dezembro de 2013, lucro líquido de R\$ 7.516 mil (R\$ 7.793 mil em 31 de dezembro de 2012) e patrimônio líquido de R\$ 157.239 mil (R\$ 149.794 mil em 31 de dezembro de 2012). Nosso lucro por ação em 2013 foi de R\$ 3,18 comparado a um lucro por ação de R\$ 3,30 em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os ativos totais atingiram R\$ 160.552 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 152.148 mil em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013, os principais ativos eram representados por Ativos Financeiros Mantidos para Negociação no valor de R\$ 84.509 mil (R\$ 135.525 mil em 31 de dezembro de 2012) e por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 65.737 mil (R\$ 5.177 mil em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 os outros ativos financeiros estavam compostos por Depósitos em Garantia no montante de R\$ 4.283 mil (R\$ 4.795 mil em 31 de dezembro de 2012).

Os ativos fiscais totalizaram R\$ 5.769 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 6.425 mil em 31 de dezembro de 2012) e estavam compostos por Impostos a Compensar, no valor de R\$ 5.734 mil (R\$ 5.671 mil em 31 de dezembro de 2012), Impostos Diferidos no valor de R\$ 716 mil em 31 de dezembro de 2012 e outros no valor de R\$ 35 mil (R\$ 38 mil em 31 de dezembro de 2012).

As provisões fiscais totalizaram R\$ 2.240 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.235 mil em 31 de dezembro de 2012) e estavam compostas por obrigações legais – fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 2.225 mil (R\$ 2.220 mil em 31 de dezembro de 2012) e outros no valor de R\$ 15 mil (R\$ 15 mil em 31 de dezembro de 2012).

Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2013 foi provisionado o montante de R\$ 71 mil à razão de R\$ 0,028 por ação ordinária e R\$ 0,031 por ação preferencial.

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com o controlador Itaú Unibanco S.A., são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2013, destacaram-se as Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias, no valor de R\$ 65.737 mil (R\$ 5.177 mil em 31 de dezembro de 2012).

Os membros que integram o Conselho de Administração e a Diretoria do Emissor também integram os órgãos da administração de seu controlador indireto, Itaú Unibanco S.A. ou de empresas controladas por ele, de modo que são remunerados apenas pelas funções que exercem nos órgãos da administração do Conglomerado Itaú Unibanco.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2012 x 2011**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos às demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

R\$ mil

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE	143.110	133.853
Caixa e Equivalentes de Caixa	24	13
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	135.525	124.280
Outros Ativos Financeiros	1.650	-
Ativos Fiscais	5.709	9.358
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	5.671	9.321
Outros	38	37
Outros Ativos	202	202
NÃO CIRCULANTE	9.038	10.714
Aplicações no Mercado Aberto	5.177	5.618
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	25
Outros Ativos Financeiros	3.145	4.320
Ativos Fiscais	716	751
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	716	751
Outros	-	-
TOTAL DO ATIVO	152.148	144.567
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	119	269
Obrigações Sociais	119	137
Obrigações Fiscais - Outras	-	132
NÃO CIRCULANTE	2.235	2.223
Provisões	2.235	2.223
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	-	-
Total do Passivo	2.354	2.492
Capital Social	74.000	67.000
Reservas Integralizadas	75.612	74.893
Reservas a Integralizar	182	182
Total do Patrimônio Líquido	149.794	142.075
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	152.148	144.567

A Investimentos Bemge apresentou, em 31 de dezembro de 2012, lucro líquido de R\$ 7.793 mil (R\$ 9.595 mil em 31 de dezembro de 2011) e patrimônio líquido de R\$ 149.794 mil (R\$ 142.075 mil em 31 de dezembro de 2011). O lucro líquido por ação foi de R\$ 3,30 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4,06 em 31 de dezembro de 2011).

Os ativos totais atingiram R\$ 152.148 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 144.567 mil em 31 de dezembro de 2011) e estavam compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 5.177 mil (R\$ 5.618 mil em 31 de dezembro de 2011), Ativos Financeiros Mantidos para Negociação no valor de R\$ 135.525 mil (R\$ 124.280 mil em 31 de dezembro de 2011) e Impostos a Compensar no valor de R\$ 5.671 mil (R\$ 9.321 mil em 31 de dezembro de 2011).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 os outros ativos financeiros estavam compostos por Depósitos em Garantia no montante de R\$ 4.795 mil (R\$ 4.320 mil em 31 de dezembro de 2011).

Os ativos fiscais totalizaram R\$ 6.425 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.109 mil em 31 de dezembro de 2011) e estavam compostos por Impostos a Compensar, no valor de R\$ 5.671 mil (R\$ 9.321 mil em 31 de dezembro de 2011), Impostos Diferidos no valor de R\$ 716 mil (R\$ 751 mil em 31 de dezembro de 2011) e outros no valor de R\$ 38 mil (R\$ 37 mil em 31 de dezembro de 2011).

As provisões fiscais totalizaram R\$ 2.235 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.223 mil em 31 de dezembro de 2011) e estavam compostas por obrigações legais – fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 2.220 mil (R\$ 2.212 mil em 31 de dezembro de 2011) e outros no valor de R\$ 15 mil (R\$ 11 mil em 31 de dezembro de 2011).

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2012 foi provisionado o montante de R\$ 74 mil (R\$ 91 mil em 31 de dezembro de 2011), à razão de R\$ 0,02936 por ação ordinária e R\$ 0,03230 por ação preferencial.

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com o controlador Itaú Unibanco S.A, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2012, destacaram-se as Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias, no valor de R\$ 5.177 mil. Em 31 de dezembro de 2011, destacaram-se os Títulos Privados – Certificado de Depósito Bancário, sendo o valor de custo e mercado R\$ 25 mil e as Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias, no valor de R\$ 5.618 mil.

Os membros que integram o Conselho de Administração e a Diretoria do Emissor também integram os órgãos da administração de seu controlador indireto, Itaú Unibanco S.A. ou de empresas controladas por ele, de modo que são remunerados apenas pelas funções que exercem nos órgãos da administração do Conglomerado Itaú Unibanco.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Os diretores devem comentar:**

- a) *Resultados das operações do emissor, em especial: I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita e, II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais; b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.*

2013 x 2012*I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A Investimentos Bemge apresentou ao final de 2013 resultado operacional de R\$ 11.675 mil (R\$ 11.827 mil no ano de 2012) e lucro líquido de R\$ 7.516 mil (R\$ 7.793 mil no ano de 2012). O lucro líquido por ação foi de R\$ 3,18 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3,30 em 31 de dezembro de 2012), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 66,52 (R\$ 63,37 em 31 de dezembro de 2012).

As receitas referem-se basicamente a remuneração das aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 12.213 mil no ano de 2013 (R\$ 12.324 mil no ano de 2012).

O capital social em 31 de dezembro de 2013 estava representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais. Em AGO/E de 29 de abril de 2013, foi deliberado aumento de capital mediante capitalização por reservas de lucros no montante de R\$ 5.000 mil.

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**Demonstração do Resultado***(Em Milhares de Reais)*

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
DESPESAS OPERACIONAIS	(538)	(497)
Despesas Gerais e Administrativas	(505)	(472)
Despesas Tributárias	(31)	(19)
Outras Despesas Operacionais	(2)	(6)
RESULTADO OPERACIONAL	(538)	(497)
RESULTADO FINANCEIRO - Receitas Financeiras	12.213	12.324
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.675	11.827
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(2.489)	(3.998)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.670)	(36)
LUCRO LÍQUIDO	7.516	7.793
Nº DE AÇÕES	2.363.936	2.363.936
LUCRO POR AÇÃO - R\$	3,18	3,30

II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente o resultado da empresa nos anos de 2013 e 2012.

- b) *Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

Não houve.

- c) *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.*

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não houve.

2012 x 2011*I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A Investimentos Bemge apresentou ao final de 2012 resultado operacional de R\$ 11.827 mil (R\$ 14.510 mil no ano de 2011) e lucro líquido de R\$ 7.793 mil (R\$ 9.595 mil no ano de 2011). O lucro líquido por ação foi de R\$ 3,30 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4,06 em 31 de dezembro de 2011), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 63,37 (R\$ 60,10 em 31 de dezembro de 2011).

As receitas referem-se basicamente a remuneração das aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 12.324 mil no ano de 2012 (R\$ 15.008 mil no ano de 2011).

O capital social em 31 de dezembro de 2012 estava representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais. Em AGO/E de 30 de abril de 2012, arquivada na JUCESP em 6 de junho de 2012, foi deliberado aumento de capital mediante capitalização por reservas de lucros no montante de R\$ 7.000 mil.

Demonstração do Resultado

(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
DESPESAS OPERACIONAIS	(497)	(498)
Despesas Gerais e Administrativas	(472)	(439)
Despesas Tributárias	(19)	(26)
Outras Despesas Operacionais	(6)	(33)
RESULTADO OPERACIONAL	(497)	(498)
RESULTADO FINANCEIRO - Receitas Financeiras	12.324	15.008
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.827	14.510
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(3.998)	(4.824)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(36)	(91)
LUCRO LÍQUIDO	7.793	9.595
Nº DE AÇÕES	2.363.936	2.363.936
LUCRO POR AÇÃO - R\$	3,30	4,06

II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente o resultado da empresa nos anos de 2012 e 2011.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não houve.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva e ênfase nos pareceres do auditor para os anos de 2013, 2012 e 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Geral

Nossas principais práticas contábeis estão descritas na Nota 2 de nossas demonstrações contábeis para as datas-base de 31/12/2013, 31/12/2012 e 31/12/2011. A preparação das demonstrações contábeis envolve certas estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que consideramos razoáveis e relevantes. Apesar de revisarmos continuamente essas estimativas e premissas no curso normal de nossos negócios, a apresentação da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações frequentemente exige que façamos julgamentos em assuntos que são inerentemente incertos. Os pontos abaixo descrevem as áreas que exigem a maioria dos julgamentos ou que envolvem um alto grau de complexidade na aplicação das políticas contábeis que afetam atualmente a nossa condição financeira e o resultado de nossas operações.

Uso de Estimativas e Premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os Pronunciamentos Contábeis (CPCs) requer que façamos estimativas e utilizemos premissas que afetam os valores contabilizados dos ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis bem como os valores contabilizados de receitas e despesas durante esses mesmos períodos. Estimativas e premissas são utilizadas, por exemplo, para a determinação da vida útil de certos ativos, para a determinação de que certo ativo ou um grupo de ativos apresenta perda no seu valor recuperável, para a determinação do valor de mercado de certos instrumentos financeiros e para a classificação e cálculo de passivos contingentes. As estimativas contábeis feitas nesses contextos requerem que façamos estimativas sobre assuntos que são altamente incertos. Em cada caso, se tivermos processado outras estimativas ou se mudanças nessas estimativas ocorrerem de um período para o outro, pode existir um impacto material na nossa condição financeira e no resultado das nossas operações. Sendo assim, os resultados reais podem diferir de nossas estimativas.

Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros

Registramos alguns de nossos instrumentos financeiros pelo seu valor de mercado. Os instrumentos financeiros registrados a valor de mercado em nosso balanço patrimonial são compostos basicamente pelos títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda.

Valor de mercado é definido como o valor no qual uma posição pode ser vendida ou liquidada em uma transação em condições normais de mercado. Estimamos esses valores utilizando cotações de mercado, quando disponíveis. Se essas não estiverem disponíveis, utilizamos uma variedade de fontes como cotações de corretores, modelos de precificação, preços cotados de instrumentos financeiros similares ou fluxos de caixa descontados. A determinação do valor de mercado quando não estiver disponível uma cotação de mercado envolve julgamento. Da mesma maneira, julgamentos devem ser utilizados ao estimarmos preços quando não existe nenhum parâmetro externo. Outros fatores que podem afetar as nossas estimativas são utilização de estimativas incorretas em nossos modelos e correlações inesperadas. Apesar de acreditarmos que nossos métodos de precificação são adequados e consistentes com os de outros participantes de mercado, o uso de diferentes metodologias e estimativas para determinar o valor de mercado de certos instrumentos pode resultar em valores de mercado diferentes na data do fechamento, o que pode afetar os valores de receitas ou perdas registrados para um determinado instrumento financeiro ativo ou passivo.

Julgamentos também são requeridos para determinar se o declínio no valor de mercado abaixo do custo amortizado dos títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento é permanente, o que requereria a constituição de uma provisão com seus efeitos sendo reconhecidos no resultado do período. Utilizamos alguns

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

fatores para determinar se uma perda é permanente, tais como o período de perda observado, o montante da perda e a expectativa de realização potencial do instrumento financeiro.

Passivos Contingentes

Somos parte em uma série de ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inerentes ao curso normal de nossas operações. Registramos provisões para essas contingências baseados principalmente nos seguintes parâmetros: a) para os processos avaliados individualmente, na opinião de nossos assessores legais internos e externos da probabilidade de que recursos financeiros serão exigidos para a liquidação das obrigações quando os valores de liquidação puderem ser estimados com suficiente certeza e b) para os processos avaliados de maneira massificada, na utilização de parâmetros estatísticos por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante.

Classificamos os riscos de que tais contingências decorrentes das ações se materializarão em perdas efetivas para nós como prováveis, possíveis ou remotos. Reconhecemos provisões para essas contingências quando classificamos as perdas relativas a essas obrigações como prováveis. Apesar de não reconhecermos provisões para as contingências cujo risco consideramos como possíveis ou remotos, divulgamos em nossas demonstrações contábeis os valores das contingências cujo risco é considerado possível.

Mensuramos os valores das contingências pela utilização de modelos e critérios que acreditamos estimarem da maneira mais aproximada possível esses valores, apesar do alto grau de incerteza na natureza dos termos e montantes dessas contingências.

Apesar de acreditarmos que as contingências são refletidas adequadamente em nossas demonstrações contábeis, o seu desfecho pode resultar em obrigações de pagamento em valores mais altos do que a totalidade do que temos provisionado para todas as contingências, dadas as dificuldades inerentes em estimarmos valores exatos para essas ações. A Investimentos BEMGE S/A, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Administração da Investimentos Bemge S.A. é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis da companhia para 31 de dezembro de 2013 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework (1992). A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2013, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis são efetivos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório do auditor independente, não observamos nenhuma deficiência e recomendações sobre os controles internos que apresente efeito material sobre as demonstrações financeiras.

No entanto, cabe destacar a maneira como a Investimentos Bemge executa o monitoramento dos apontamentos e respectivos planos de ação. As deficiências e recomendações das auditorias (interna e externa) são monitoradas mensalmente pelas Áreas Executivas, por meio de comitês multidisciplinares e com a presença de representantes da Auditoria Interna e de Controles Internos.

Adicionalmente, os resultados deste monitoramento são reportados de forma periódica ao Comitê Executivo da Instituição, bem como ao Comitê de Auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

I - Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

II - Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

III - Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

IV - Contratos de construção não terminada

V - Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em relação ao subitem “a-II” não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades. Quanto aos demais subitens não constam na instituição.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há.

b) Natureza e o propósito da operação

Não há.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há.